

A CONTRIBUIÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR BNCC (2018) NO TRABALHO DOCENTE COM A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA – PB.

Brunna Rafaella dos Santos Ribeiro¹

Paula Renaly dos Santos Alves²

Maria Lúcia Serafim³

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise sobre o atual cenário de mudança no âmbito educacional, com base na inserção da nova Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2018), neste caso para a Educação Infantil. Esta se apresenta como uma proposta inovadora e contemporânea, visando melhorias para a Educação Básica de nosso país, inclusive para o nível da Educação Infantil. Sendo assim, buscou-se verificar sobre como está sendo a implantação da BNCC no município de Lagoa Seca - PB e como os professores deste município estão sendo orientados acerca desse documento, já que o mesmo se direciona como um suporte diferenciado e ao mesmo tempo histórico sobre como devem ser tratadas as crianças da Educação Infantil em seus atuais campos de atuação, ou seja, creches e pré-escolas.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2018), Educação Infantil, Professores.

INTRODUÇÃO

A ampliação da Educação Infantil no Brasil e no mundo configura-se como um processo histórico e social que vem se expandindo ao longo dos últimos anos, seguindo o crescimento da urbanização, a inserção da mulher no mercado de trabalho e as transformações na estrutura das famílias. Em contrapartida, a sociedade atual está mais consciente da importância do processo educativo da primeira infância e das políticas públicas nesta orientação.

Com base neste contexto de mudança e renovação, evidencia-se neste artigo uma breve análise de como está sendo a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular, BNCC em algumas escolas que ofertam o nível da Educação Infantil, no

¹ Pós Graduada pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP rafaella1502santos@hotmail.com;

² Pós Graduada pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP paularenaly7@gmail.com

³ Professora Efetiva da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Mestre em Ciências da Sociedade, atua no campo da Instrumentação Pedagógica na Formação Docente, com Educação, Educação e tecnologias digitais e EAD. Pesquisadora e Líder do Grupo de pesquisa Tecnologias, Educação, Mídias e Artes - GPTEMA - UEPB /CNPq. maluserafim@gmail.com.

município de Lagoa Seca – PB, realizada a partir de um estudo de cunho qualitativo, exploratório, tendo como foco além do referencial teórico, uma pesquisa de campo que foi feita com alguns docentes da rede pública de ensino que lecionam no nível na Educação Infantil. Porém, aponta-se antes de forma sucinta, alguns pontos relevantes que fizeram parte de todo o contexto histórico e social de mudanças e decisões ocorridas ao longo da história da Educação Básica no Brasil, os quais foram primordiais e que trouxeram avanços significativos para a contemporaneidade.

Diante do exposto buscou-se compreender junto aos docentes como esse novo documento os auxiliará no trabalho com as crianças e quais as novas propostas para o currículo escolar nesse nível de ensino, tendo em vista a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9.694/1996), o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998), e a Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN, 2009) principais documentos norteadores para essa nova Base. Deste modo, foi possível constatar que para muitos educadores a BNCC vem como um novo suporte de trabalho que dispõe de alguns norteamentos, tanto de nomenclaturas, quanto de conteúdos, objetivos e metodologias a serem seguidas na Educação Básica e Superior.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, uma vez que não mediu os resultados, mas sim os descreveu. Também se configura como uma revisão bibliográfica, de natureza aplicada, e esta pesquisa objetivou analisar o impacto direto nas escolas municipais do Município de Lagoa Seca - PB. É possível ainda afirmar que este trabalho é de natureza exploratória, pois favorece a “familiaridade, o aumento da experiência e uma melhor compreensão do problema a ser investigado” (CHEMIN, 2015, p. 58).

Com isso, foram entrevistados alguns professores da rede municipal de ensino que lecionam na etapa da Educação Infantil para obter dados sobre o nível de implantação da BNCC na Educação Infantil ao currículo escolar.

Desta forma, destaca-se então que, a maioria dos professores ainda está em fase de conhecimento e aprimoramento dos saberes sobre os Campos de Experiências e os Direitos de Aprendizagem, prescritos pela BNCC (2018). Neste processo afirmam que, as formações continuadas e as palestras oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação do

Município de Lagoa Seca – PB serviram de orientação para a introdução da BNCC em suas escolas.

DESENVOLVIMENTO

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo, que busca oferecer uma educação democrática, justa e que respeite as diferenças regionais diminuindo as desigualdades sociais a cerca da educação, oferecendo aos alunos a garantia dos direitos de aprendizagem e do desenvolvimento. Destinada aos alunos e professores da Educação Básica, a BNCC fundamenta-se a partir de do Plano Nacional de Educação (PNE), A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). Baseada nos princípios éticos políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa e inclusiva.

Além disso, pode ser caracterizada, como um novo guia para a elaboração dos currículos das redes escolares Federais, Estaduais e Municipais. A BNCC deve ser vista como referência na formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos parâmetros para a proposta de infraestrutura apropriada para o amplo desenvolvimento da educação. Dessa maneira, a expectativa é que com a Base Nacional Comum Curricular transcorra o rompimento com a distância das políticas educacionais e que possa viabilizar o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja edificante na qualidade da educação.

Centralização ao aperfeiçoamento das competências previstas na BNCC.

Ao longo da Educação Básica a Base traz dez competências Gerais a serem aperfeiçoadas de modo quando são assegurados os direitos de aprendizagem e do desenvolvimento. Segundo a Base Nacional Comum Curricular, (apud BRASIL 2013) “[...] Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a ‘educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza [...]”.

As competências gerais concebidas pela BNCC (2018) são aquelas que orientam o documento, dissociando em tudo o que é definido para cada etapa do ensino. Essas

competências gerais prenunciam o desenvolvimento integral do aluno, tanto em termos cognitivos quanto socioemocionais. A Base tem como objetivo criar cidadãos capazes de ter sucesso no século XXI.

Sendo assim, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art.9 inciso IV “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **competências e diretrizes** para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (LDB, 9.394/96). Sendo assim, a LDB traz duas concepções a serem atendidas, como, uma Base Nacional comum de conhecimentos e uma base diversificada que garanta os conhecimentos locais historicamente construídos por determinada região.

Com isso, o currículo escolar deverá se adaptar as mudanças contidas na BNCC, ou seja, as competências e diretrizes serão norte para a criação ou reformulação de um novo currículo, promovendo a validação dos direitos de aprendizagem. Nessa argumentação, seguiremos ao Art. 26 da LDB, por qual complementa o que exposto anteriormente, que a Educação Infantil deverá conter em sua construção curricular o que é básico comum e o diverso, flexibilizando a incorporação de medidas que asseguram a concretização desta lei.

A construção dos currículos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular será de responsabilidade das escolas. O MEC dará um apoio técnico para as instituições de todo o Brasil para que os currículos sejam adequados de acordo com o que é apresentado pela Base. As secretarias de educação municipais e estaduais vão indicar pontos importantes do contexto e da realidade locais que podem e devem ser considerados no currículo.

A Educação Infantil contemplada na Base

Tendo em vista as novas propostas apresentadas pela BNCC, destaca-se que mediante as algumas mudanças, tanto ao conceito de infância como os direitos de aprendizagem estão garantidos para as crianças da Educação Infantil, em comum acordo com documentos anteriores, assim como afirma o RCNEI:

Frente ao mundo sociocultural e natural que se apresenta de maneira diversa e polissêmica optou-se por um recorte curricular que visa a instrumentalizar a ação do professor, destacando os âmbitos de experiências essenciais que devem servir de referência para a prática educativa. Considerando-se as particularidades da faixa etária

compreendida entre zero e seis anos e suas formas específicas de aprender criaram-se categorias curriculares para organizar os conteúdos a serem trabalhados nas instituições de educação infantil. Esta organização visa a abranger diversos e múltiplos espaços de elaboração de conhecimentos e de diferentes linguagens, a construção da identidade, os processos de socialização e o desenvolvimento da autonomia das crianças que propiciam, por sua vez, as aprendizagens consideradas essenciais. Os âmbitos são compreendidos como domínios ou campos de ação que dão visibilidade aos eixos de trabalho educativo para que o professor possa organizar sua prática e refletir sobre a abrangência das experiências que propicia às crianças. (RCNEI, 1998, vol. 1, p. 45).

Assim, a BNCC para a Educação Infantil apresenta um contexto inovador priorizando e destacando seis direitos de aprendizagem fundamentais para o desenvolvimento das crianças nas séries iniciais da Educação Básica, são eles: **conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer**. Esses direitos já faziam parte de outros documentos, porém agora eles veem sendo delimitados com mais ênfase e mais dinamismo para que todas as crianças que estejam nesse nível, possam ser asseguradas das mesmas condições de ensino e possam receber os mesmos conhecimentos sejam elas pobres, ricas, negras, brancas, ou etc., assim visando uma educação de qualidade e com equidade, sem distinções entre gênero, raça, economia, religião ou comunidade, ou seja, uma proposta com intuito de garantir uma educação unificada, com igualdade e equidade para todos.

Além disso, ela acrescenta também seis campos de experiências que são apresentados como novas possibilidades a serem exploradas nas práticas pedagógicas. São eles: **O eu, o outro e o nós/ Traços sons, cores e formas/ Escuta, fala, pensamento e imaginação/ Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações/ Corpo, gestos e movimento**. Eles dialogam com várias dimensões relacionadas à criança, ao outro, aos objetos, ao saber, às formas, ao corpo, às mudanças, permanências, enfim, a um ilimitado de possibilidades que devem estar disponíveis a vivências capazes de proporcionar a construção de novas experiências pelas crianças.

A Educação Infantil breve contexto histórico.

No Brasil, a educação pública só teve início no século XX. Durante várias décadas, houve diversas transformações: a pré-escola não tinha caráter formal, não havia professores qualificados e a mão de obra era muita das vezes formada por voluntários, que

rapidamente desistiam desse trabalho (MENDONÇA, 2012). Graças à Constituição de 1988, a criança foi colocada no lugar de sujeito de direitos e a educação infantil foi incluída no sistema educacional.

Em meados dos anos 90, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança. Agora se procura entender a criança como um ser sócio histórica, onde a aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e seu entorno social. Essa perspectiva sócio interacionista tem como principal teórico Vygotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta (OLIVEIRA, 2002). Partindo desde pressuposto a BNCC retrata que:

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar – especialmente quando se tratam da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BNCC, 2018, p.36).

Em todo caso as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009) em seu Artigo 9º, “os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira. Viabilizando o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.” Essas experiências propiciam um desenvolvimento intelectual e cognitivo fundamentado nas interações com outras crianças e adultos oportunizando o desempenho do conhecimento e a socialização no ambiente em que vivem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista o contexto abordado na nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em relação ao nível de ensino da Educação Infantil, foi possível realizar uma

sucinta entrevista com alguns professores que lecionam na rede pública do Município de Lagoa Seca-PB; na busca de coletar informações sobre, como estão sendo implantadas as novas propostas no currículo escolar e como os professores deste nível estão tomando conhecimento deste documento e colocando-o em suas práticas cotidianas. Para isso, contamos com a colaboração de dez professores da rede escolar do referido Município. Eles realizam seus trabalhos na Educação Infantil, os quais se dispuseram a responder seis perguntas abertas sobre a BNCC. Vale salientar que o município ofereceu recentemente uma formação continuada sobre a BNCC para todos os professores da rede, o que facilitou o entendimento das professoras em relação ao assunto. Dessa feita, os professores puderam apresentar suas opiniões tanto sobre a formação que receberam, quanto em relação ao próprio conteúdo da nova base, suas mudanças e desafios a serem inseridos no contexto educacional. Assim, estes foram abordadas com referência as seguintes questões:

Quadro 01: Perguntas direcionadas aos professores da rede Municipal de Lagoa Seca-PB

1	Você conhece a BNCC? Se sim, de que forma você passou a ter conhecimento sobre ela?
2	Como a escola que você trabalha adequou o currículo escolar à BNCC?
3	O que mudou com a implantação da BNCC no seu planejamento?
4	Qual sua dificuldade em planejar tendo em vista a BNCC como atual referência?
5	Como você avalia a capacitação que o município que você trabalha ofereceu sobre a BNCC? Comente a respeito.
6	Comente resumidamente sobre o conceito de infância proposto pela BNCC e o que isso influência na vida das crianças da Educação Infantil.

O discurso docente: com a palavra, os professores.

Todos os professores responderam o questionamento inicial de forma semelhante, expondo que obtiveram conhecimento sobre a BNCC através de palestras e da formação continuada ofertada pela Secretária de Educação do município de Lagoa Seca-PB. Deste modo, é relevante considerar que o município em questão junto com sua equipe educacional, apresentou uma postura inovadora, atualizada e atenta às mudanças ocorridas nas políticas públicas do país para a melhoria e equidade da Educação Básica. Se dispendo a valorizar e qualificar seus profissionais, ampliando e melhorando a qualidade do ensino da cidade, tendo em vista as novas mudanças e propostas encontradas na BNCC, a qual

vem sendo divulgada, com o intuito de unificar a educação básica de todo o país visando, não só as melhorias na educação, como também a garantia de um ensino igualitário e equivalente a todas as regiões estado e municípios do Brasil.

A iniciativa deste município nos permite perceber que apesar da Educação Básica ter percorrido e ainda percorrer caminhos de descasos e desvalorização por parte do Estado, ainda existem órgãos e pessoas com vontade de transformar e modificar esse quadro, mostrando que a educação em nosso país ainda tem jeito, quando há responsabilidade e compromisso com ambos os envolvidos nesse meio. Por tanto, é interessante destacar também a importância de levar as mudanças que ocorrem de forma global para dentro das escolas, para os professores e alunos, que são os principais protagonistas dessa história de luta e conquistas para a melhoria da educação.

Em relação à organização dos currículos nas escolas, a maioria dos docentes respondeu que as respectivas unidades de ensino que lecionam ainda estão em processo de estudos e formação sobre o que diz respeito às mudanças trazidas na nova base para poderem se adequar as novas propostas desse documento, tendo em vista as limitações e a realidade de cada ambiente.

A adequação das escolas, seguindo as novas orientações da BNCC para a Educação Infantil, deverá ser um processo contínuo e bem analisado, pois os professores juntamente com a equipe escolar, precisam em primeira instância de suportes intelectuais e posteriormente materiais para que haja uma efetivação eficaz das adequações sugeridas pela nova base, priorizando uma mudança geral nos currículos escolares, sem intervir na realidade de cada criança e de cada escola, mas sim disponibilizando melhores acessos e ferramentas para que essa implantação aconteça de forma positiva e significativa, levando em consideração os objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento para as crianças da Educação Infantil.

De acordo com o quadro 2 acerca da terceira pergunta, sobre BNCC e planejamento, alguns professores entrevistados se distinguiram e apresentaram respostas diferentes, porém três respostas foram bastante significativas e condizentes com a nova proposta da BNCC. Desse modo, torna-se importante destacar que muitos professores compreendem a relevância desse documento para a construção de um novo currículo para Educação Infantil, sem deixar de garantir os direitos já alcançados para as crianças dessa etapa de ensino durante um longo período histórico.

Quadro 2: Respostas relevantes de três professores condizentes com a proposta da BNCC:

Professor 1	Com a implantação da BNCC, passei a ter um olhar reflexivo e objetivo sobre o que eu preciso ensinar aos meus alunos e sobre o que eles realmente necessitam aprender.
Professor 2	A BNCC nos trouxe a compreensão de superar a fragmentação das políticas públicas educacionais, atentando-nos para um planejamento escolar, onde o aluno seja protagonista na construção do conhecimento e o professor mediador em todo o processo de ensino aprendizagem.
Professor 3	As mudanças foram poucas, pois sempre procurei trabalhar de maneira interdisciplinar, visando também sanar as dificuldades de cada indivíduo, visando os direitos de aprendizagem no que lhes competem.

Inferese que os professores estão dispostos a adequarem e seguirem as novas orientações e diretrizes apresentadas na BNCC da Educação Infantil. Nesse sentido, torna-se relevante destacar que além dos seis objetivos já citados anteriormente, a nova base também direciona cinco campos de experiências como propostas de organização curricular na Educação Infantil. De acordo com a BNCC (apud BRASIL, 2009), os campos de experiências não podem ser tomados de maneira isolada e devem ser explorados a partir dos interesses das crianças, por meio de interações e brincadeiras, eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Sobre a questão do planejamento de acordo com a BNCC, todos os professores entrevistados disseram que por mais que tenham tido uma formação sobre a nova base, citaram algumas dificuldades pertinentes à nova mudança do currículo escolar para Educação Infantil, tais como a preocupação em adequar o trabalho já exercido frente às novas exigências da BNCC, a falta de planejamento nas escolas, a adequação dos conteúdos aos novos campos de experiências citados pela BNCC a falta de conhecimento mais aprofundado sobre esse novo documento, o uso das novas nomenclaturas, dentre outras dificuldades. Essas dificuldades apresentadas por essas professoras, nos atenta a uma reflexão sobre como está sendo a implantação da BNCC, nas escolas não só do município de Lagoa Seca- PB, como nas escolas de todo o Brasil. Deste modo, é importante que haja a promoção de mais encontros de formação continuada.

Sobre a avaliação da capacitação que o município ofereceu, todos os professores avaliaram-na como boa e/ou ótima. Visto que, a iniciação deste município, se caracteriza como uma busca pela inovação e por mudanças significativas no âmbito educacional da cidade, e foi avaliada também, como algo positivo e relevante tanto para os professores,

quanto para os demais envolvidos da educação, para que todos possam atuar em consonância com as atuais políticas públicas. Destaca-se que quando perguntados sobre o conceito de infância após estudos da BNCC os professores responderam que:

Quadro 3: Conceito de infância e BNCC:

Professor 1	Com base na BNCC a criança está vivenciando os processos cognitivos e emocionais partindo das interações e brincadeiras. Explorar o ambiente em sua volta, com isso, a escola deve oferecer meios para a criança desenvolver de forma diversificada e consolidando seus direitos de aprendizagem.
Professor 2	A BNCC vem reforçar e garantir o direito de aprendizagem no processo educativo na primeira infância, sendo um documento de caráter normativo, busca garantir equidade e igualdade de todo estudante.
Professor 3	A BNCC veio trazer mais ênfase ao que a LDB e o RCNEI já se referem à Educação Infantil, trazendo de forma ampla e objetiva os conceitos voltados para o desenvolvimento da Criança da Educação Infantil.
Professor 4	Ela nos orienta e apoia o desenvolvimento das nossas práticas em sala de aula, dando maior segurança nos desenvolvimentos de projetos no trabalho com a Educação Infantil.
Professor 5	Ela garante o desenvolvimento e aprendizagem na Educação Infantil, fazendo com que a criança se desenvolva em todos os campos de experiências.
Professor 6	Os direitos de aprendizagem é um marco diferencial que nos dá suporte para trabalharmos com nossas crianças, garantindo uma aprendizagem significativa e de qualidade para elas.
Professor 7	Influência na sua vida futura enquanto indivíduo pensante, atuante e transformador da sociedade em que vive.
Professor 8	As crianças são sujeitos ativos que estão sempre em interação com pessoas e tudo a sua volta e com isto vai construindo seus saberes e desenvolvendo sua autonomia, identidade e valores e é neste ponto de vista, que deve ser feito o trabalho na Educação na Infantil, respeitando estes conceitos.
Professor 9	A BNCC veio para ampliar nossos conhecimentos, com direitos de aprendizagens para que os alunos se desenvolvam ao longo da Educação Básica, onde nós professores devemos associar a nossa prática.
Professor 10	Os direitos de aprendizagem é um grande avanço para a Educação Infantil, as crianças são vistas como indivíduos históricos, produtoras de cultura e atuantes na nossa sociedade.

Com base nessas respostas, é relevante destacar que cada professor, apresentou sua opinião sobre a implantação da nova base em suas práticas diárias, levando em consideração o conceito histórico e social da infância, e os direitos de aprendizagem que redirecionam o trabalho de ensino e aprendizagem para com as crianças da Educação Infantil.

Dessa forma, para estes professores, é importante considerar a importância de se reorientar, em relação às mudanças nas políticas públicas relacionadas à educação básica, pois é a partir da busca por novos conhecimentos e da renovação que se poderão obter resultados mais profícuos. Sendo assim, o professor deve está sempre atento às novas transformações, sociais, culturais, econômicas, etc., buscar compreender as novas formas de estabelecer relações favoráveis para o desenvolvimento social e intelectual de seus educandos e isso inclui ser educador de um novo tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, nos parece em sua intencionalidade buscar favorecer ao educador na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam as crianças conhecerem a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica. Por isso, é preciso acompanhar tanto as práticas, quanto as aprendizagens das crianças, por meio da observação da trajetória de cada uma e de todo o grupo, suas conquistas, avanços possibilidades e aprendizagens, através de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelo professor quanto pela criança (relatórios, portfólios, vídeos, desenhos e textos), sendo possível evidenciar a progressão ocorrida durante o período observado, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças.

Já que, o professor da infância, ao partir do centro do desenvolvimento e se colocar ao lado, se torna um contribuinte, integrante idôneo, um investigador de pesquisas com crianças, capaz de garantir através da organização de tempos, espaços e materialidades, muitas explorações e investigações com e para as crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 4. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** — Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação.** 3. Ed. Lajeado: Editora da Univates, 2015.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil.** Maringá, PR: UNICESUMAR, 2013.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Oliveira. **Educação Infantil Métodos.** São Paulo, 2002.

PAR. Plataforma Educacional. BNCC tudo que você precisa saber sobre a Base nacional Comum Curricular 28 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://www.somospar.com.br/bncc-base-nacional-comum-curricular/>> Acesso em: 04 jul. 2019.